

**GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI): UMA ANÁLISE DA ADESÃO AS DIRETRIZES PELAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO SOB A PERSPECTIVA DAS TEORIAS INSTITUCIONAL E DA LEGITIMIDADE**

**GABRIELA DIAS DA SILVA**

Universidade Estadual de Maringá - UEM  
gabi.dias85@gmail.com

**MARGUIT NEUMANN GONÇALVES**

Universidade Estadual de Maringá - UEM  
marguitn26@gmail.com

**ROMILDO DE OLIVEIRA MORAES**

Universidade Estadual de Maringá - UEM  
romoraes@uem.br

**Área temática:** Gestão socioambiental

***GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI): UMA ANÁLISE DA ADEÇÃO AS DIRETRIZES PELAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO SOB A PERSPECTIVA DAS TEORIAS INSTITUCIONAL E DA LEGITIMIDADE***

**RESUMO**

O presente estudo se propõe a verificar, sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade, quais companhias pertencentes ao nível diferenciado do Novo Mercado da BM&FBovespa aderiram às diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e busca identificar qual a versão das diretrizes adotadas pelas companhias da amostra (G3 ou G4). O estudo é descritivo, qualitativo e documental, e os dados analisados foram extraídos dos relatórios de sustentabilidade das companhias. Após a tabulação dos dados realizou-se a análise de conteúdo para relacionar os resultados alcançados à luz das Teorias da Legitimidade e Teoria Institucional. Os resultados revelam que, das 134 companhias integrantes da amostra, 68 não possuem ou não foram encontrados os relatórios de sustentabilidade do período analisado. Das 66 empresas que publicaram o relatório de sustentabilidade no período de 2011 a 2013, somente 18 empresas não divulgaram as informações socioambientais conforme as diretrizes da GRI no período de 2011 a 2013. É possível perceber que as práticas socioambientais são institucionalizadas nas empresas e a mudança de versão da G3 para a G4 no ano de 2013, caracteriza que as empresas estão respondendo de forma positiva a GRI, com aumento do *disclosure* referente aos indicadores propostos.

**Palavras-chave:** Teoria da Legitimidade; Teoria Institucional; Informações socioambientais.

**ABSTRACT**

The present study aims to examine, from the perspective of institutional theory and legitimacy, which companies belonging to the different level of the BM & FBovespa adhered to the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI) and tries to identify which version of the guidelines adopted by companies the sample (G3 or G4). The study is descriptive qualitative and documentary, and the analyzed data were extracted from the sustainability reports of companies. After tabulating the data was performed content analysis to relate the results achieved in light of the Theories of Legitimacy and Institutional Theory. The results reveal that, of the 134 companies included in the sample, 68 have no or not sustainability reporting period analyzed were found. Of the 66 companies that published sustainability report for the period 2011 to 2013, only 18 companies did not disclose the environmental information in accordance with the GRI guidelines in the period 2011-2013.'s Possible to realize that environmental practices are institutionalized in business and change version of the G3 to G4 in 2013, featuring companies are responding positively to the GRI, with increased disclosure regarding the proposed indicators.

**Keywords:** Legitimacy Theory; Institutional Theory; Environmental information.

## 1 INTRODUÇÃO

As informações de caráter socioambiental têm sido divulgadas pelas companhias com o objetivo de demonstrar a relação da organização com o meio ambiente e com a sociedade. Sabe-se que as atividades empresarias impactam de forma relevante o meio no qual as companhias estão inseridas, porém as empresas necessitam buscar alternativas de mitigação desses efeitos, assim como devem buscar medidas que compensem as suas ações empresariais impactantes.

Neste sentido, a sociedade passou a exigir que as empresas apresentem uma postura ética e coerente por parte das empresas, tendo em vista que os consumidores necessitam de informações sobre os produtos e serviços prestados pelas empresas. Além da sociedade, os *stakeholders* também exigem informações detalhadas sobre o tratamento dispensado aos envolvidos diretamente e indiretamente com a organização. As informações socioambientais são divulgadas usualmente em demonstrações como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e nos relatórios de sustentabilidade (MACEDO; CÍPOLA, 2009).

Ao se considerar o impacto das informações socioambientais na organização tal como na sociedade, é pertinente que sejam evidenciadas, por meio do conjunto de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), as informações relevantes que interferiram no patrimônio da empresa e da mesma forma àquelas que possam, mesmo com certo grau de incerteza, vir a comprometer futuramente o resultado e o patrimônio das entidades. Essas divulgações incluem provisões para danos, que são registradas como passivos, passivos contingentes e outras informações relevantes que merecem ser evidenciadas em notas explicativas às demonstrações, para que os usuários das informações contábeis tenham conhecimento da real situação das empresas.

Para o relatório de sustentabilidade, as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative* (GRI) são amplamente aceitas pelas entidades para informar aos interessados sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização (GRI, 2006). No Brasil, as companhias têm adotado esse modelo de relatório de forma significativa, uma vez que este proporciona detalhadas informações socioambientais de acordo com os indicadores propostos.

Os motivos para adesão das empresas as diretrizes de relatórios sustentáveis são os mais variados, uma vez que não existe obrigatoriedade de divulgação dessas informações pelas empresas. Por isso, não existe homogeneidade de informações nos relatórios sociais e dessa forma as empresas possuem liberdade para divulgar dados os quais consideram relevantes e de interesse dos usuários das informações. Nesse estudo, serão consideradas duas teorias que se acredita basear-se essas divulgações pelas empresas, sendo a Teoria da Legitimidade, a qual possui foco na sociedade e a Teoria Institucional, com base no isomorfismo mimético, visto que as empresas acabam utilizando modelos de outras empresas para a divulgação de informações sociais.

Assim, considerando a relevância do tema no contexto organizacional e devido à falta de padronização em relação à divulgação das informações de caráter social, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: as companhias listadas no Novo Mercado aderiram às diretrizes da GRI (G3 e G4) para a divulgação de informações por meio do relatório de sustentabilidade?

Para responder ao questionamento estabelecido, o estudo se propõe a verificar, sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade, quais companhias pertencentes ao Novo Mercado da BM&FBovespa aderiram as diretrizes do GRI e identificar qual a versão das diretrizes adotadas pelas companhias da amostra. O estudo justifica-se devido à necessidade de perceber como as empresas têm divulgado as informações de caráter socioambiental para os usuários das informações.

Espera-se que a pesquisa contribua de forma prática para o melhor entendimento da capacidade preditiva das informações socioambientais divulgadas pelas companhias e para

que mais pesquisadores busquem investigar sobre as diretrizes adotadas pelas empresas para esse tipo de evidenciação.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Não se sabe os motivos que levam as organizações a adotarem práticas de sustentabilidade assim como a opção pela evidenciação das informações socioambientais são desconhecidos por terceiros as organizações. Essa incerteza pode-se estender a outros tipos de evidenciações realizadas de forma voluntária pelas companhias, tanto nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) assim como nos relatórios sociais.

Diversas teorias podem explicar esse comportamento organizacional, dentre as quais destaca-se duas como impulsionadoras das divulgações socioambientais, sendo elas a Teoria da Legitimidade e a Teoria Institucional.

### **2.1 Teoria da Legitimidade**

O nível de evidenciação contábil das organizações é fruto da importância de satisfazer as diversas necessidades dos mais variados tipos de usuários da informação. Por sua vez, a avaliação da qualidade das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas pode ser verificada por meio do conjunto de características qualitativas que elas apresentam (BEUREN; SÖTHER, 2009)

Dias Filho (2007, p. 2) afirma que “um dos recursos teóricos que tem sido proposto nos últimos anos como alternativa para explicar e prever práticas de evidenciação voluntária é a Teoria da Legitimidade”. As companhias, no âmbito institucional, necessitam de aceitação pela sociedade a qual requer delas serviços que atendam às suas necessidades. Por conta dessa pressão exercida pela sociedade em geral, as empresas buscam reafirmar sua legitimidade, com a adoção de práticas aceitas pela sociedade na qual estão inseridas. Caso a sociedade considere que as informações sejam divulgadas pelas companhias, as forças sociais pressionam as empresas para que atendam suas expectativas, com base nas exigências dos consumidores, fornecedores ou por meio de regulamentos (FARIAS, 2008).

A Teoria da Legitimidade possui um enfoque sociológico que manifesta o interesse das empresas em se mostrar à sociedade de forma responsável, em alinhamento com as normas e crenças que são aceitas pela maioria e a preocupação com a legitimação externa das organizações (PATTEN, 1992; FARIAS, 2008).

Para consolidar essa legitimidade, as companhias utilizam formas de evidenciação de informações socioambientais reconhecidas mundialmente como é o caso das diretrizes propostas pela GRI, as quais são utilizadas pelas empresas. A GRI foi criada em 1997 e suas diretrizes têm sido adotadas pelas empresas brasileiras na divulgação do balanço social ou relatório de sustentabilidade.

Para Conceição et al (2011, p. 463) “enquanto instituições sociais, as empresas operam na sociedade por meio de mandato expresso por contrato social e, para sua manutenção ou permanência, necessitam oferecer produtos, mercadorias ou serviços voltados ao atendimento às necessidades da coletividade”. Esses contratos sociais só permanecem caso as companhias atendam aos anseios da sociedade, dessa forma, é preciso as empresas firmarem sua legitimidade no contexto na qual estão inseridas.

Na visão de Dias Filho (2007, p. 6), a Teoria da Legitimidade “baseia-se na ideia de que existe uma espécie de “contrato social” entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar”. Dessa forma, a sociedade pode demonstrar que está cumprindo o referido contrato por meio da divulgação das informações requeridas pela sociedade.

Gray, Kouhy e Lavers (1995) afirmam que a Teoria da Legitimidade corrobora para o entendimento de práticas sociais corporativas. Dessa forma, por meio dessa teoria é possível perceber como os gestores podem utilizar os relatórios socioambientais para a legitimação externa das companhias.

A Teoria da Legitimidade considera que as empresas fazem parte de um sistema de relações sociais amplo que ultrapassa o simples conceito econômico e parte do pressuposto que a sociedade e a economia são inseparáveis, não sendo possível analisar as DFPs sem considerar a estrutura social, política e institucional, no âmbito da qual a atividade econômica se desenvolve. Dessa forma, a Teoria da Legitimidade percebe a sociedade como um todo, não fazendo distinção de grupos como outras teorias fazem (NEVES; DIAS, 2012).

De acordo com Eugênio (2010), a divulgação de informações socioambientais pode ser vista como uma técnica de legitimar as atividades da empresa, com o fim de conhecer o que a empresa realiza em matéria de proteção ambiental e apoio à sociedade, desta forma podem as suas atividades empresariais tornar-se mais legítimas. Assim, os relatórios de sustentabilidade têm sido os principais meios de comunicação das empresas para divulgação de informação ambiental, e assim, tem recebido atenção dos pesquisadores por serem fontes legítimas de informação.

## **2.2 Teoria Institucional**

A necessidade de afirmarem sua legitimidade diante de terceiros, tais como a sociedade, impulsiona as empresas a cumprirem padrões aceitos pelo meio no qual estão inseridas, para que tenham reconhecimento e respeito dos envolvidos com as organizações tanto de forma interna como externa. As práticas de responsabilidade socioambiental adotadas pelas empresas podem ser interpretadas da mesma forma, pela Teoria Institucional a qual permite explicar a responsabilidade social por meio da institucionalização de práticas e valores.

Este estudo corrobora com Aligleri e Souza (2010), os quais correlacionaram e explicaram a responsabilidade social a partir da Teoria Institucional. Para os autores, o fator chave para interpretação do funcionamento das organizações na nova realidade pode ser explicada por antigas teorias, as quais estão em constante lapidação, como é o caso da Teoria Institucional.

De forma recorrente, as empresas são institucionalizadas por caminhos já conhecidos dentro do ambiente das organizações, ou seja, são tratadas como se fossem todas de uma mesma linhagem sem especificidades, o que se pode denominar de isomorfismo, o qual tem poder explicativo nas organizações modernas (ALIGLERI; SOUZA, 2010).

Machado-da-Silva e Fonseca (1996, p. 103) afirmam que:

De acordo com os institucionalistas, as organizações estão inseridas em um ambiente constituído por regras, crenças e valores, criados e consolidados por meio da interação social. Nesse sentido, a sua sobrevivência depende da capacidade de atendimento à orientações coletivamente compartilhadas, cuja permanente sustentação contribui para o êxito das estratégias implementadas e, por conseguinte, para o pleno funcionamento interno. Assim, diante das mesmas prescrições ambientais, as organizações também competem pelo alcance da legitimidade institucional, o que torna suas práticas cada vez mais homogêneas, ou isomórficas

Gonçalves (2007) realizou um estudo a fim de investigar as mudanças organizacionais propondo um quadro teórico de referência, o qual por meio de seus resultados permitiu concluir que poderia ser adotado para o estudo da mudança organizacional em diferentes contextos ambientais. Dessa forma, no presente estudo infere-se que a adoção de práticas sociais, como as diretrizes da GRI para elaboração do relatório de sustentabilidade, pode ser

absorvida por diferentes empresas em distintos cenários ambientais, na perspectiva do isomorfismo proposto pela Teoria Institucional.

Ainda no contexto do isomorfismo, Dimaggio e Powell (1983) classificaram os mecanismos institucionais em três tipos: 1) isomorfismo *coercitivo* que decorre da influência política ou problema da legitimidade; 2) isomorfismo *mimético* resultante de respostas padrão a incerteza; e 3) isomorfismo *normativo*, associado à profissionalização.

Pretende-se basear o comportamento das empresas do presente estudo frente às questões de divulgações socioambientais pelo isomorfismo mimético no qual se subentende que as organizações se modelam em outras organizações, para a tomada de decisões, até mesmo de divulgações voluntárias de informações.

A utilização de modelagem no ambiente organizacional é uma resposta à incerteza. A organização utilizada como modelo pode não ter ciência ou até mesmo intenção de servir de modelo, porém, por ser considerado um resultado de sucesso, acaba sendo copiada por outras empresas, independente da atividade econômica que explora. Os modelos podem ser difundidos involuntariamente e indiretamente, por meio de transferência de empregado ou volume de negócios, ou explicitamente por organizações como empresas de consultoria ou associações (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

O processo mimético institucional é resultante de respostas padronizadas frente às incertezas, ou seja, o isomorfismo mimético. Situações ambíguas e ambientes turbulentos influenciam as organizações a adotarem práticas de outras organizações que estas consideram como práticas de sucesso (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Dimaggio e Powell (1983) afirmam que as empresas adotam inovações para aumentar sua legitimidade e para demonstrar que estão ao menos tentando melhorar suas condições de trabalho. Este comportamento empresarial pode ser facilmente percebido no aumento das divulgações de informações de caráter socioambiental pelas empresas, as quais têm a necessidade de se mostrarem legítimas frente à sociedade, que exerce pressões para que as companhias se comportem dentro dos padrões desejados pelo meio no qual estão inseridas.

### **2.3 Responsabilidade social empresarial - RSE**

Friedman (1984, p. 123) afirma que “há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases da nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de trazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas”.

A percepção de Friedman parece singela para o cenário atual, considerando que os interesses das organizações empresariais necessitam ir além do lucro. Dessa forma, a participação da sociedade de forma integrada com a responsabilidade social não contraria aos interesses dos acionistas. Isto porque as entidades nos últimos anos são questionadas pela sociedade acerca da implementação de ações socialmente positivas em suas atividades (SIQUEIRA, 2005).

É necessária que seja promovida a harmonia entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, facilitando as relações entre a sociedade e as organizações. O conceito de desenvolvimento sustentável foi publicado pela primeira vez em 1987 no relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse conceito propõe que, para ser sustentável, é necessário criar mecanismos que atendam às necessidades do presente sem impedir as gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades (BM&FBOVESPA, 2014).

É possível perceber que as práticas sociais e ambientais são cada vez mais usuais pelas empresas em geral, assim como a divulgação dessas informações. Contudo, percebe-se que ocorre uma mudança de mentalidade dos gestores e das empresas, o que influencia no comportamento e na adoção e readequação das práticas organizacionais.

Acredita-se que as razões para adoção de práticas de responsabilidade socioambiental são inúmeras, porém, dentro do escopo teórico da literatura, buscou-se nesse trabalho alinhar as práticas de adoção balanço social ou relatório de sustentabilidade, com base nas duas teorias mencionadas, as quais têm respaldo para explicar o comportamento das empresas do Novo Mercado da BM&FBovespa, utilizadas na amostra da pesquisa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para composição da amostra, foi pesquisado na página eletrônica da BM&FBovespa quais empresas pertencem ao nível diferenciado do Novo Mercado, sendo listadas 134 empresas as quais pertenciam ao Novo Mercado em Junho de 2014, quando foi realizada a busca. A amostra foi escolhida de forma intencional, considerando que, as companhias que fazem parte dos segmentos diferenciados da BM&FBovespa optam por um maior *disclosure* e divulgam de forma mais transparente as informações.

Após a verificação das empresas a serem estudadas, foi realizada uma busca nas páginas eletrônicas das companhias para verificar a disponibilização dos relatórios de sustentabilidade do período de 2011 a 2013.

O estudo é descritivo e documental. Os dados analisados foram extraídos dos relatórios de sustentabilidade das empresas do segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, a fim de verificar as empresas que aderiram as diretrizes da GRI para a divulgação do relatório de sustentabilidade e da mesma forma perceber quais os níveis de aplicação das diretrizes (G3 e G4) nos relatórios divulgados.

Primeiramente é realizada a análise qualitativa das informações descritas nos relatórios de sustentabilidade a fim da realização da posterior tabulação dos dados para alcance do objetivo da presente pesquisa.

Como documento auxiliar a coleta dos dados, foi utilizada uma relação de empresas listadas na BM&FBovespa, na qual constava as empresas que tinham prática de divulgação de relatórios de sustentabilidade até o ano de 2013.

Após a tabulação dos dados procedeu-se a análise de conteúdo para relacionar os resultados alcançados à luz das teorias da legitimidade e Teoria Institucional. Segundo Bardin (1977, p. 46) a análise de conteúdo “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”. Os resultados alcançados estão apresentados na próxima seção.

Desta forma, no estudo serão classificadas as empresas quanto às diretrizes utilizadas para elaboração do relatório de sustentabilidade, para alcance dos objetivos elencados na presente pesquisa.

### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

Para verificar quais companhias listadas no Novo Mercado aderiram às diretrizes da GRI (G3 e G4) para a divulgação de informações por meio do relatório de sustentabilidade no período de 2011 a 2013, foi realizada a análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das empresas que possuem tais relatórios divulgados em suas páginas eletrônicas. No entanto, a coleta de dados revelou que 68 empresas não possuem a prática de divulgação do relatório de sustentabilidade e da mesma forma, não foram encontrados os relatórios de algumas companhias, conforme pode ser verificado a partir do quadro 1.

Considerou-se que não possuem relatório de sustentabilidade as empresas que estavam listadas no documento auxiliar da BM&FBovespa, utilizado na coleta de dados, como não adeptas a elaboração do relatório. Foi considerado como não encontrado os relatórios das companhias que não tinham os dados disponibilizados em sua página eletrônica e também não havia qualquer menção no documento auxiliar da BM&FBovespa.

Nº	Razão Social	Relatório de Sustentabilidade
1	Autometal S.A.	Não possui.
2	BB Seguridade Participações S.A.	Não possui.
3	Brasil Brokers Participações S.A.	Não encontrado.
4	Brasil Insurance Participações e Administração S.A	Não encontrado.
5	BR Properties S.A.	Não encontrado.
6	Brasilagro - Cia Bras. de Propriedades Agrícolas	Não encontrado.
7	Brookfield Incorporações S.A.	Não encontrado.
8	CCX Carvão da Colômbia S.A.	Não encontrado.
9	Cetip S.A. - Mercados Organizados	Não possui.
10	Cia Hering	Não encontrado.
11	CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.	Não possui.
12	Cremer S.A.	Não possui.
13	CSU Cardsystem S.A.	Não possui.
14	CVC Brasil Operadora e Agência De Viagens S.A.	Não encontrado.
15	Direcional Engenharia S.A.	Não possui.
16	Eneva S.A	Não encontrado.
17	EZ TEC Empreend. e Participações S.A.	Não possui.
18	GAEC Educação S.A.	Não encontrado.
19	Gafisa S.A.	Não encontrado.
20	General Shopping Brasil S.A.	Não encontrado.
21	Grendene S.A.	Não encontrado.
22	Helbor Empreendimentos S.A.	Não possui.
23	HRT Participações Em Petróleo S.A.	Não encontrado.
24	Hypermarcas S.A.	Não encontrado.
25	Ideiasnet S.A.	Não possui.
26	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A	Não encontrado.
27	International Meal Company Holdings S.A.	Não possui.
28	JHSF Participações S.A.	Não possui.
29	Kroton Educacional S.A.	Não possui.
30	Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.	Não possui.
31	Localiza Rent a Car S.A.	Não encontrado.
32	Cia Locação das Américas	Não encontrado.
33	Log-In Logística Intermodal S.A.	Não encontrado.
34	Marisa Lojas S.A.	Não possui.
35	LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A.	Não possui.
36	Lupatech S.A.	Não possui.
37	M. Dias Branco S.A. Ind. Com de Alimentos	Não possui.
38	Magnesita Refratários S.A.	Não possui.
39	MetalfrioSolutions S.A.	Não possui.
40	Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.	Não possui.
41	Mmx Mineração e Metálicos S.A.	Não possui.
42	Odontoprev S.A.	Não possui.
43	OGX Óleo e Gás Participações S.A.	Não possui.
44	OSX Brasil S.A.	Não possui.
45	Paranapanema S.A.	Não encontrado.
46	PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações	Não possui.
47	Cia Providência Indústria e Comércio	Não encontrado.
48	Prumo Logística S.A.	Não encontrado.
49	Qualicorp S.A.	Não possui.
50	Raia Drogasil S.A.	Não possui.
51	Renar Macas S.A.	Não encontrado.
52	Rodobens Negócios Imobiliários S.A.	Não encontrado.
53	Rossi Residencial S.A.	Não encontrado.
54	Ser Educacional	Não encontrado.
55	Smiles S.A.	Não encontrado.
56	Springs Global Participações S.A.	Não possui.
57	Tarpon Investimentos S.A.	Não possui.

58	Technos S.A.	Não possui.
59	Tegma Gestão Logística S.A.	Não encontrado.
60	Tempo Participações S.A.	Não encontrado.
61	T4F Entretenimento S.A.	Não possui.
62	TOTVS S.A.	Não possui.
63	Trisul S.A.	Não possui.
64	Tupy S.A.	Não encontrado.
65	Unicasa Indústria De Móveis S.A.	Não possui.
66	Vanguarda Agro S.A.	Não encontrado.
67	Vigor Alimentos S.A.	Não encontrado.
68	Viver Incorporadora e Construtora S.A.	Não possui.

Quadro 1- Companhias que não possuem ou não foram encontrados os relatórios de sustentabilidade

A partir da elaboração do quadro 1 depreende-se que das 134 empresas da amostra 51% não possuem ou não foram encontrados os relatórios de sustentabilidade do período analisado para o presente estudo.

Desta forma, 66 empresas apresentaram o relatório de sustentabilidade em, no mínimo um ano, do período analisado. Visto que o relatório socioambiental não possui caráter obrigatório, algumas empresas deixaram de divulgar em alguns anos, conforme pode ser constatado no quadro 2.

Nº	Razão Social	Relatório de Sustentabilidade/ Anual						
		Não GRI*			GRI			
		2011	2012	2013	2011	2012	2013	
			G3	G3	G3	G4		
1	Aliance Shopping Centers S.A.	x	x	x				
2	AllAmerica Latina Logística S.A.							
3	Anhanguera Educacional Participações S.A.				x	x		x
4	Arezzo Indústria E Comércio S.A.				x	x		
5	Arteris S.A.	x		x				
6	B2W - Companhia Digital							x
7	Bematech S.A.	x	x	x				
8	BHG S.A. - Brazil Hospitality Group	x	x	x				
9	Biosev S.A.					x		
10	BMFBovespa S.A. Bolsa Valores Merc. Fut.				x	x	x	
11	BrMalls Participações S.A.		x					
12	Brasil Pharma S.A.		x					
13	Bco Brasil S.A.				x	x		x
14	BRFS.A.				x	x		x
15	CCR S.A.				x	x	x	
16	Cielo S.A.					x		
17	Cia Saneamento de Minas Gerais-COPASA				x	x		
18	Cosan S.A. Indústria e Comércio				x	x	x	
19	CPFL Energia S.A.				x	x		x
20	CPFL Energias Renováveis S.A.				x	x		x
21	CyrelaCommercialPropert S.A. Empr. Part.	x	x					
22	CyrelaBrazilRealty S.A.Empreend. e Part.	x	x					
23	Diagnósticos da América S.A.					x	x	
24	Duratex S.A.				x	x		x
25	Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.				x	x		
26	Embraer S.A.				x	x		
27	EDP - Energias Do Brasil S.A.				x	x	x	
28	Equatorial Energia S.A.	x	x	x				
29	Estácio Participações S.A.	x	x					x
30	Eternit S.A.				x	x	x	

31	Even Construtora e Incorporadora S.A.				x	x		
32	Fertilizantes Heringer S.A.				x	x		
33	Fibria Celulose S.A.				x	x		x
34	Fleury S.A.				x	x		
35	Indústrias Romi S.A.				x	x		
36	Iochpe Maxion S.A.	x						
37	JBS S.A.				x	x	x	
38	JSL S.A.				x	x	x	
39	Light S.A.				x	x		x
40	Linx S.A.					x		x
41	Lojas Renner S.A.				x	x		x
42	Magazine Luiza S.A.					x		
43	Marfrig Global Foods S.A.				x	x		
44	Mahle-Metal Leve S.A.	x	x	x				
45	Minerva S.A.				x	x		
46	Mrv Engenharia e Participações S.A.					x		
47	Multiplus S.A.	x	x					
48	Natura Cosméticos S.A.				x	x		x
49	Porto Seguro S.A.	x	x					
50	Portobello S.A.	x	x					
51	Positivo Informática S.A.					x		
52	ProfarmaDistrib. Prod. Farmacêuticos S.A.	x	x	x				
53	QGEP Participações S.A.				x	x		
54	Cia Saneamento Básico Est. São Paulo				x	x	x	
55	São Carlos Empreend. e Participações S.A.	x	x					
56	São Martinho S.A.					x	x	
57	Sonae Sierra Brasil S.A.				x	x	x	
58	SLC Agrícola S.A.	x	x	x				
59	Tecnisa S.A.				x	x	x	
60	Tereos Internacional S.A.				x	x		
61	Tim Participações S.A.				x	x	x	
62	Tractebel Energia S.A.				x	x	x	
63	TPI- Triunfo Particip. e Invest. S.A.				x	x		x
64	Ultrapar Participações S.A.	x	x	x				
65	Valid Soluções e Serv. Seg. Meios Pag. Ident. S.A.				x			
66	Weg S.A.				x	x	x	

\*O termo “Não GRI” foi utilizado para classificar os relatórios anuais e de sustentabilidade que foram apresentados pelas empresas com indicadores e informações diversas, os quais não se referem e não mencionam às diretrizes da GRI.

#### Quadro 2- Companhias que apresentaram os relatórios de sustentabilidade

De acordo com o quadro 2 é possível perceber que das 66 empresas que publicaram o relatório de sustentabilidade no período de 2011 a 2013, somente 18 empresas não divulgaram as informações socioambientais conforme as diretrizes da GRI no período analisado, sendo elas: Aliansce Shopping Centers S.A., Arteris S.A., Bematech S.A., BHG S.A. - BrazilHospitalityGroup, BrMalls Participações S.A., Brasil Pharma S.A., CyrelaCommercialPropert S.A. Empr. Part., CyrelaBrazilRealtyS.A.Empreend. e Part., Equatorial Energia S.A., Iochpe Maxion S.A., Mahle-Metal Leve S.A., Porto Seguro S.A., Portobello S.A., ProfarmaDistrib. Prod. Farmacêuticos S.A., São Carlos Empreend. e Participações S.A., SLC Agrícola S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Já as empresas que divulgaram o relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes da GRI, nos anos de 2011 e 2012, seguiram as diretrizes da versão G3 da GRI que está em vigor desde o ano de 2006. Em 2011, 37 empresas divulgaram o relatório de sustentabilidade pelas diretrizes da GRI, na versão G3. Já no ano de 2012, 44 empresas divulgaram o relatório de sustentabilidade pelas diretrizes da GRI, na versão G3, o que representa um aumento com base no ano anterior que pode ser explicado pela Teoria Institucional, uma vez que as práticas

institucionais são implementadas nas empresas e seguidas nos períodos subsequentes as implementações.

Para o ano de 2013, verificou-se que 15 companhias divulgaram o relatório de sustentabilidade pelas diretrizes da GRI, na versão G3 e 14 empresas na versão G4. Vale ressaltar que a versão G4 teve como início o ano de 2013 e que os resultados de 2013 são considerados parciais tendo em vista que no período da coleta dos dados da pesquisa 37 companhias não haviam disponibilizado o relatório de sustentabilidade referente a este ano.

Considerando a harmonia de informações referentes ao período, é possível perceber que as práticas sociais são institucionalizadas nas empresas e a mudança de versão da G3 para a G4, caracteriza que as empresas estão respondendo de forma positiva a GRI, com aumento do *disclosure* referente aos indicadores propostos.

Por meio das informações do quadro 2 é possível perceber as empresas Biosev S.A., Cielo S.A., Diagnósticos da América S.A., Magazine Luiza S.A., Mrv Engenharia e Participações S.A., Positivo Informática S.A. e São Martinho S.A. divulgaram o relatório de sustentabilidade com base na GRI pela primeira vez no ano de 2012. Nota-se que estas companhias não divulgavam outro modelo de relatório socioambiental, o que se relaciona com a Teoria Institucional com base no isomorfismo mimético, sendo que as empresas adotam práticas de outras empresas consideradas como modelos. Da mesma forma, a adoção do relatório de sustentabilidade pelas empresas pode ser explicada pela teoria de legitimidade, visto que, estas buscam divulgar suas ações socioambientais, dentre outros motivos, como uma tentativa de firmar sua legitimidade perante sociedade.

Ao fazer uma análise geral da amostra da pesquisa, nota-se que o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa possui adesão parcial a GRI, ou seja, 49% das empresas estudadas já apresentaram relatório de sustentabilidade pelas diretrizes da GRI, com base no período analisado. Embora a adoção seja parcial, percebe-se que a adoção das empresas ao relatório de sustentabilidade ou balanço social é uma prática que está ocorrendo de forma gradual, visto que cada vez mais empresas procuram apresentar informações socioambientais para os usuários. Entretanto, o presente estudo se limita ao contexto em que foi realizado sendo que é necessário realizar uma análise longitudinal em um período maior que o utilizado na presente pesquisa, a fim de verificar se os dados se confirmam e podem ser generalizados para o segmento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se considerar a não obrigatoriedade de divulgações socioambientais pelas empresas, os motivos para adesão das empresas as diretrizes de relatórios sustentáveis são os mais variados. Dessa forma, existe heterogeneidade de informações nos relatórios sociais uma vez que as empresas divulgam as informações que consideram mais relevantes para os usuários. Acredita-se que o impulso para esse tipo de divulgação se relaciona com a Teoria da Legitimidade, a qual possui foco na sociedade e com a Teoria Institucional, com base no isomorfismo mimético, uma vez que as empresas acabam utilizando modelos de outras empresas para a divulgação de informações socioambientais.

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo verificar, sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade, quais companhias pertencentes ao Novo Mercado da BM&FBovespa aderiram às diretrizes do GRI, buscando responder a seguinte questão de pesquisa: as companhias listadas no Novo Mercado aderiram às diretrizes da GRI (G3 e G4) para a divulgação de informações por meio do relatório de sustentabilidade?

Das empresas pesquisadas, 49% das empresas estudadas já apresentaram relatório de sustentabilidade pelas diretrizes da GRI, com base no período analisado. Porém, ao analisar a divulgação durante o período, depreende-se que as empresas buscam divulgar práticas de sustentabilidade nos relatórios para reafirmar sua legitimidade perante a sociedade. Ainda, as

empresas percebem que esse tipo de divulgação como um aspecto positivo, pois utilizam práticas de divulgação com base em outras empresas modelos, como é o caso da adesão as diretrizes da GRI pelas companhias, o que se pode relacionar com a Teoria Institucional com base no isomorfismo mimético.

Os resultados da pesquisa permitem concluir que, embora exista uma busca das empresas pela divulgação de informações socioambientais, algumas companhias não tratam a temática com a devida importância, visto que das 134 empresas da amostra 68 não disponibilizaram ou não possuem o relatório de sustentabilidade, o que representa 51% da amostra.

No ano de 2013, embora o resultado seja parcial, considera-se que houve harmonia de informações referentes ao período e dessa forma depreende-se que as práticas sociais institucionalizadas nas empresas e a mudança de versão da G3 para a G4, caracteriza que as empresas estão respondendo de forma positiva a GRI, com aumento do *disclosure* referentes aos indicadores propostos pelo modelo.

Cabe ressaltar que os resultados do presente estudo não devem ser generalizados para outras amostras, visto que foi analisado somente o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, para um período específico. Para trabalhos futuros, sugere-se que: a análise seja expandida longitudinalmente na presente amostra; seja replicado o estudo em diferentes amostras, tais como os demais níveis diferenciados da BM&FBovespa a fim de verificar a adesão da GRI pelas empresas e da mesma forma, analisar outros modelos de divulgação social que estão sendo utilizados pelas empresas.

## REFERÊNCIAS

ALIGLERI, Lilian; SOUZA, Rafael Borim de. A contribuição da Teoria Institucional para a compreensão do modelo de gestão socialmente responsável adotado pelas empresas contemporâneas. **Revista Gestão & Tecnologia**. Pedro Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 1-15, ago./dez. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEUREN, Ilse Maria; SÖTHER, Ary. A Teoria da Legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v.3, n. 5, p. 98-120 jan./abr. 2009.

BM&FBOVESPA, 2014. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/sustentabilidade.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 06jul. 2014.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique da; DOURADO, Gilson Barbosa; BAQUEIRO, Ana Gabriela; FREIRE, Simone; BRITO, Pauline das Chagas. Fatores determinantes no *disclosure* em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. **Gestão & Produção**. São Carlos, v. 18, n. 3, p. 461-472, 2011.

DIAS FILHO, J. M.; Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da Teoria da Legitimidade. In: XXXI EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007. CD-ROM.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields, **American Sociological Review**, v.48, p.147-160, apr. 1983.

EUGÊNIO, Teresa. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil. Blumenau**, v. 6, n.1, p. 102-118, jan./mar., 2010.

FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues. **A relação entre a divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas**. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) –Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.Ribeirão Preto, 2008.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GONÇALVES, Sandro A. Mudança estratégica, esquemas interpretativos e contexto institucional: um estudo de caso longitudinal. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. Campo Largo,v. 6, n. 2, nov. 2007

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting – a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v.8, n.2, p. 47-77, 1995.

GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/Elabora%C3%A7%C3%A3o-de-relat%C3%B3rios-de-sustentabilidade.aspx>> Acesso em 05 mai. 2014.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; CÍPOLA, Fabrício Carvalho. Análise do desempenho socioambiental no setor siderúrgico brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v.3, n.7, p.60-77, 2009.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L., FONSECA, Valéria Silva da Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **Organizações e Sociedade**. v. 4, n. 7, p. 97-114, dez. 1996.

NEVES, Maria Elisabete Duarte; DIAS, Antonio Carlos Gomes. Responsabilidade social corporativa: teorias predominantes na investigação em contabilidade. **Revista Razão Contábil & Finanças**. Fortaleza, v.3, n. 1, jan./jun. 2012.

PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organization and Society**, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. (Orgs.) **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2012.